**CONTRATO DE COMODATO DE MERCADORIA DE PRAZO INDETERMINADO**

**IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES**

       **COMODANTE:** (Nome do Comodante), com sede em (xxx), na Rua (xxx), nº (xxx), bairro (xxx), Cep (xxx), no Estado (xxx), inscrito no C.N.P.J. sob o nº (xxx), e no Cadastro Estadual sob o nº (xxx), neste ato representado pelo seu diretor (xxx), (Nacionalidade), (Estado Civil), (Profissão), Carteira de Identidade nº (xxx), C.P.F. nº (xxx), residente e domiciliado na Rua (xxx), nº (xxx), bairro (xxx), Cep (xxx), Cidade (xxx), no Estado (xxx);

       **COMODATÁRIO:** (Nome do Comodatário), com sede em (xxx), na Rua (xxx), nº (xxx), bairro (xxx), Cep (xxx), no Estado (xxx), inscrito no C.N.P.J. sob o nº (xxx), e no Cadastro Estadual sob o nº (xxx), neste ato representado pelo seu diretor (xxx), (Nacionalidade), (Estado Civil), (Profissão), Carteira de Identidade nº (xxx), C.P.F. nº (xxx), residente e domiciliado na Rua (xxx), nº (xxx), bairro (xxx), Cep (xxx), Cidade (xxx), no Estado (xxx).

       ***As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Comodato de Mercadoria*1*de Prazo Indeterminado, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.***

**DO OBJETO DO CONTRATO**

       **Cláusula 1ª.** O presente contrato tem como OBJETO, a transferência, em comodato, dos direitos de uso e gozo do (xxx) (Descrever as características da mercadoria), ao**COMODATÁRIO**.

**DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO**

       **Cláusula 2ª.** O **COMODATÁRIO** deverá tomar todos os cuidados para que o presente (xxx), se conserve, uma vez que o recebe em perfeitas condições de uso**2**.

       **Cláusula 3ª.** O **COMODATÁRIO** deverá efetuar a devolução do (xxx) (objeto do contrato), nas mesmas condições em que recebeu, ao **COMODANTE**, nos termos dos artigos 1.251 e 1.253 do Código Civil.

**DA DEVOLUÇÃO**

       **Cláusula 4ª.** O **COMODATÁRIO** deverá restituir o objeto deste instrumento ao **COMODANTE**, quando for por este solicitado, nas mesmas condições em estava quando o recebeu.

       **Cláusula 5ª.** A devolução deve se dar no prazo de (xxx) (número por extenso) dias, após o **COMODATÁRIO** ter recebido o aviso, que lhe será enviado através do Correio.

       **Cláusula 6ª.** Caso a sede do **COMODATÁRIO** não seja a mesma da do **COMODANTE**, aquele deverá arcar com as despesas do transporte da mercadoria para a devolução.

       **Cláusula 7º.** Ao despachar a mercadoria, deverá ser elaborado um relatório das condições em que a mercadoria estará sendo transportada, acompanhado da nota fiscal de devolução de mercadoria, havendo a concordância e a ciência das condições em que a mercadoria estará sendo levada, uma vez que ocorrerá responsabilização da Transportadora, caso ocorra qualquer dano ao objeto transportado.

**DAS PERDAS E DANOS E DA MORA**

       **Cláusula 8ª.** Se o **COMODATÁRIO** não conservar a coisa emprestada como se sua fosse, não utilizando-a de acordo com este contrato, ou a natureza dela, responderá por perdas e danos; e se constituído em mora, além de por ela responder, pagará o aluguel durante o tempo do atraso em restituir o bem, objeto do contrato**3**.

**DO PRAZO**

       **Cláusula 9ª.** Este contrato é de prazo indeterminado, iniciando-se a partir da assinatura pelas partes**4**.

**DO FORO**

       **Cláusula 10ª.** Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de (xxx);

       Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

       (Local, data e ano).

       (Nome e assinatura do Comodante)

       (Nome e assinatura do Comodatário)

       (Nome, RG e assinatura da Testemunha 1)

       (Nome, RG e assinatura da Testemunha 2)

       \_\_\_\_\_\_\_\_
       *Nota:***1.***O Comodato rege-se pelo previsto nos Arts. 1.248 a 1.255, do Código Civil.***2.***Art. 1.251, do Código Civil.***3.***Arts. 1.251 e 1.252, do Código Civil.***4.***Caso o contrato seja de prazo indeterminado, presume-se o prazo como o necessário para o uso concedido (Art. 1.250, do Código Civil).*